

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

Despacho (extracto) n.º 14624/2008

Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, o conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., delega na coordenadora do Gabinete de Recursos Humanos e Logística, licenciada Ana Maria Alves Rodrigues, a competência para a prática dos actos abrangidos por este despacho e que seguidamente se enumeram:

Justificar faltas;

Autorizar o gozo, a alteração e a acumulação de férias após parecer favorável do respectivo dirigente;

Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 35.º, todos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos dos artigos 36.º e 37.º, ambos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Emitir certidões, declarações e notas biográficas;

Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, desde que integrados no plano de formação;

Autorizar, mediante adequada fundamentação, a condução de viaturas oficiais por funcionários ou agentes que não possuam a categoria de motorista;

Autorizar despesas e pagamentos com a aquisição de bens e serviços até ao limite de € 2000,00;

Assinar a correspondência ou expediente necessários à instrução de processos e à execução das decisões proferidas nos mesmos, no âmbito das atribuições do Gabinete de Recursos Humanos e Logística.

Ficam por este meio ratificados todos os actos praticados pela licenciada Ana Maria Alves Rodrigues, incluídos no âmbito da presente delegação de competências, desde 1 de Setembro de 2007.

15 de Maio de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Manuel Pisco de Castro*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14625/2008

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, consagra o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos programas operacionais (PO), valorizando a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação e gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, aliás, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Por outro lado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 19 de Outubro, foram instituídas as estruturas de gestão responsáveis pelo exercício das funções das autoridades de gestão dos PO regionais do continente, incluindo o Programa Operacional Regional de Lisboa, e designados os seus responsáveis, tendo para o efeito sido criadas as estruturas de missão, nos termos previstos no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril.

Finalmente, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, o Governo aprovou a configuração definitiva das estruturas de missão dos PO regionais criando, por esta via e integrados nas respectivas estruturas de missão, os secretariados técnicos dos PO que integram o QREN.

Assim, aprovada a estrutura orgânica do Secretariado Técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa, pela Comissão Ministerial

de Coordenação do QREN, em 31 de Março de 2008, torna-se agora necessário proceder à nomeação dos respectivos secretários técnicos, de forma a garantir o normal funcionamento do Programa e uma gestão eficaz do mesmo.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5, 7 e 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e no n.º 2 e na alínea a) do n.º 3 do respectivo anexo VII, determino o seguinte:

1 — Nomeio como secretários técnicos do Programa Operacional Regional de Lisboa:

a) Maria Manuela Gonçalves Nunes de Azevedo e Silva, secretária técnica da unidade Competitividade, Inovação e Conhecimento;

b) Maria Gabriela Pontes Tavares de Oliveira Petersen, secretária técnica da unidade Valorização Territorial e Coesão Social, acumulando com as funções de chefe da Estrutura de Apoio Técnico à Gestão do PO Regional de Lisboa e Vale do Tejo do QCA III;

c) Maria Joaquina Loupa Sim Sim, secretária técnica da unidade Auditoria e Controlo, acumulando com as funções de chefe da Estrutura de Apoio Técnico ao Controlo do PO Regional de Lisboa e Vale do Tejo do QCA III;

d) José António Moura de Campos, coordenador e secretário técnico da unidade Organização e Gestão, acumulando com as funções de Gestor do Eixo I do PO Regional de Lisboa e Vale do Tejo do QCA III.

2 — As notas biográficas dos secretários técnicos referidos no número anterior constam do anexo ao presente despacho, e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 24 de Abril de 2008.

8 de Maio de 2008. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Nota biográfica

Nome — Maria Manuela Gonçalves Nunes de Azevedo e Silva.

Data e local de nascimento — 14 de Outubro de 1968, Angra do Heroísmo.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia, pela Universidade Nova de Lisboa; Pós-graduação em Economia Aplicada, pela Universidade Nova de Lisboa.

Experiência profissional:

2005-2008:

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas; Adjunta na área de iniciativas legislativas relativas a políticas de desenvolvimento rural e florestal, bem como de diplomas nas áreas do ambiente, ordenamento do território e políticas sectoriais com interligação com a agricultura e o desenvolvimento rural. Participação e acompanhamento da elaboração dos instrumentos de programação do FEADER 2007/2013. Participação em grupos de trabalho do Conselho da UE no âmbito da Presidência Portuguesa de 2007.

2001-2005:

Comissão Europeia, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG AGRI);

Desk officer para Portugal, co-responsável pela negociação com as autoridades portuguesas de programas operacionais plurifundos do período de programação 2000/2006. Representação da DG AGRI nos Comitês de Acompanhamento dos PO. Participação em comités de gestão/consultativos da Comissão Europeia e em Comissões do Parlamento Europeu.

1997-2001:

Chefe de divisão de Gestão de Programas e Projectos de Desenvolvimento Rural, na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural do MADRP;

Participação na gestão de programas comunitários plurifundos: INTEREG IIA; Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional. Co-responsável pela preparação do programa LEADER+ para Portugal. Participação na elaboração do PDR 2000-2006.

1994-1997 — Instituto de Estruturas Agrárias e de Desenvolvimento Rural do MADRP, técnica na área de programas de apoio comunitários.

1993-1994 — Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas dos Açores, técnica na área de política sócio-estrutural.